

Criminalidade, direitos humanos e as ONGs

30 MAI 1996

08079

JOSE CARLOS FRAGOSO

O Brasil testemunha neste momento duas condutas opostas em relação à questão dos direitos humanos: de um lado, o Governo federal anuncia o Plano Nacional de Direitos Humanos, que pode no futuro evitar que o país continue a ser freqüentemente denunciado, em todo o mundo civilizado, como um lugar onde estão institucionalizadas, em especial nas atividades policiais, as práticas atentatórias aos direitos humanos. De outro lado, porém, verifica-se, por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e notadamente do general que comanda o setor de segurança pública, uma espantosa e permanente campanha contra o enunciado de tais direitos e as instituições que se ocupam da sua defesa. Têm sido freqüentes, por parte de autoridades estaduais do Rio de Janeiro, manifestações de desprezo a órgãos como a Anistia Internacional ou a Human Rights Watch, sob a alegação tortuosa de que tais instituições, ao criticar a violência policial, estariam "do lado dos bandidos". Como é evidente, criticar os excessos cometidos pela polícia não implica em atuar em defesa da criminalidade, mas sim lutar em defesa do Estado de direito.

Também o Movimento Viva Rio e outras ONGs brasileiras têm sido alvos preferenciais dos velhos políticos, que não conseguem compreender que a sociedade brasileira atual, querendo assumir de forma mais direta e participativa os seus direitos de cidadania, já não admite a posição passiva de tudo delegar às instituições governamentais. Os políticos

que insistem em não compreender esta nova situação social e ficam parados no tempo acabarão virtualmente *atropelados* pelas ações diretas da cidadania e pelos novos níveis de exigência da consciência social. No Rio de Janeiro as autoridades já chegaram ao cúmulo de dizer que a atividade de ONGs é "coisa para desocupados".

As ONGs tudo têm feito para atuar somando esforços com os governos, em prol do conjunto da sociedade. Todavia, justamente no Rio de Janeiro (quem diria!) os donos do poder parecem ter medo da sociedade civil organizada, atuante, cobradora, que não quer se limitar a pagar impostos e reclamar do Governo. Veja-se o caso da Fábrica de Esperança, um projeto social gigantesco, da maior importância, embutido no meio de 19 favelas do Complexo de Acariri; tudo que recebeu do estado foi uma ação policial deste fatídico 9º Batalhão da Polícia Militar, recordista de matanças, que lá foi fazer um flagrante forjado de encontro de entorpecentes.

Eu tenho participado do Movimento Viva Rio, especialmente nas discussões

de diagnósticos e na formulação de propostas para as áreas de segurança pública e de direitos humanos. Sou testemunha da seriedade e da retidão de propósitos dos coordenadores do Movimento. É ridícula qualquer tentativa de vincular a atividade do Viva Rio à atuação de delinqüentes, especialmente sob a alegação de que uma pessoa ligada ao Movimento foi arrolada como testemunha judicial pela defesa de um acusado de tráfico. A imprensa noticiou amplamente que o arrolamento se deu à revelia da "testemunha", que tudo fez para eximir-se da condição de

deponte. É preciso que se dê um basta à essas acusações levianas feitas contra pessoas de bem, que atuam em ONGs como a Human Rights Watch ou o Movimento Viva Rio. A luta pelos direitos humanos é, em síntese, a luta pela afirmação do cidadão em face do poder do estado. Ou seja: os que tentam atacar ou ridicularizar os direitos humanos e as instituições de ação da cidadania estão, na verdade, enfraquecendo o indivíduo diante do Estado, abrindo caminho ao arbítrio e à opressão. Há poucos anos, durante o regime militar, nós assistimos ao filme que mostra o Estado absoluto em face do cidadão: nele as pessoas eram presas árbitriamente, não havia a garantia do *habeas corpus*, a tortura era rotineira, e centenas e centenas de brasileiros foram mortos. Tudo bem ao gosto do general Cerqueira.

O fato é que o combate à criminalidade comum não é uma guerra, e não se faz a qualquer custo. Engana-se redondamente quem imagina que a população do Rio de Janeiro quer uma polícia truculenta e arbitrária. Em contraposição ao enunciado retórico das leis que estão nos livros, o que ONGs como o Movimento Viva Rio querem é a força da lei em ação, aplicada indistintamente em face de todos os criminosos. O que ocorre hoje, com triste freqüência, é que o delinquente comum ou o cidadão honesto e humilde sofrem os excessos (que chegam à execução fria) praticados por determinados policiais, e esta grave criminalidade do policial não é punida: ao contrário, ela é objeto de estímulo com honrarias e compensação financeira.

O que se quer é o respeito às leis, por parte de todos. Apenas isso.

JOSE CARLOS FRAGOSO é professor de direito penal e advogado criminal